

Memorando nº 127/2024 - SEDAS

04.03.2024

Destinatário: Sr. Alexandre Augusto Ferreira

Prefeito Municipal de Franca

Referência: Resposta ao Requerimento nº 55/2024 - Vereadora Lurdinha Granzotte

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em resposta ao Requerimento 55/2024 informamos que a Administração Municipal atende as pessoas em situação de vulnerabilidade e as mulheres que sofrem violência doméstica através do benefício eventual de aluguel social, anteriormente à promulgação da Lei Estadual n. 17.626/2023. Salienta-se que a referida lei autoriza o poder executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres com medida protetiva, contudo, deveria cofinanciar tal auxílio e não somente autorizar. Durante o exercício de 2023, foram investidos com Recursos Próprios Municipais R\$ 891.403,97 no pagamento de aluguel social, representando 73% do valor total.

A Administração Municipal reafirma o compromisso em garantir proteção social às mulheres em situação de violência, majoritariamente, através de recursos próprios municipais.

Atenciosamente,


GISLAÏNE ALVES CIPORONI PERES
Secretária de Ação Social



REQUERIMENTO N° 55 /2024

ENCAMINHAMENTO	
Para <u>GIBLINO</u>	
para estudos e/ou providências,	
retornando à DERG/GABIP até	
dia <u>21/02/24</u>	
Franca, <u>21/02/24</u>	<u>A</u>

Despacho
<u>[Assinatura]</u>
Sala das Sessões
em, <u>20</u> / <u>02</u> / <u>2024</u> .
<u>[Assinatura]</u>
PRESIDENTE

Dentre outras funções, os Vereadores também são responsáveis pela fiscalização das ações tomadas pelo poder executivo, cabendo-lhes a responsabilidade de acompanhar a Administração Municipal, principalmente no tocante ao cumprimento da lei e da boa aplicação e gestão do erário, bem como propor benfeitorias, obras e serviços para o bem-estar social da população em geral.

Sendo assim, a vereadora que a este subscreve REQUER, na forma regimental, ouvidas as considerações do Augusto Plenário, que seja oficiado o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de Franca para que envie a esta Casa de Leis informações sobre se a Lei Estadual nº 17.626/2023 que "autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado", está sendo cumprida em Franca.

Câmara Municipal de Franca, 16 de fevereiro de 2024.

LOURDES APARECIDA
GRANZOTTE:07215642836

Assinado de forma digital por
LOURDES APARECIDA
GRANZOTTE:07215642836
Dados: 2024.02.16 13:24:25 -03'00'

Vereadora Lurdinha Granzotte



Recebi em 21.2.24
[Assinatura]



LEI Nº 17.626, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2023
(Projeto de lei nº 412, de 2020, do Deputado Marcio Nakashima - PDT)

Autoriza o Poder Executivo a promover o pagamento de auxílio aluguel às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica autorizado o Governo do Estado, a criar o aluguel social às mulheres vítimas de violência doméstica no Estado.

Artigo 2º - O auxílio que trata o artigo 1º será destinado à mulher que por conta da violência doméstica sofrida não pode retornar ao seu lar, devendo atender aos seguintes critérios:

I - comprovar ter renda familiar anterior à separação de até 2 (dois) salários mínimos;
II - vetado;

III - ter medida protetiva expedida de acordo com a Lei federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha;

IV - comprovar estar em situação de vulnerabilidade, de forma a não conseguir arcar com suas despesas de moradia.

Artigo 3º - Será priorizada a concessão para a mulher em situação de vulnerabilidade que possuir dois ou mais filhos menores.

Artigo 4º - Vetado.

Parágrafo único - O benefício será concedido independentemente da concessão de outros benefícios sociais.

Artigo 5º - Serão admitidos todos os meios legais de provas para a comprovação do estado de vulnerabilidade, sendo necessária cópia da medida protetiva de urgência, para comprovar a violência.

Artigo 6º - O retorno da mulher ao convívio junto ao agressor e a cessação dos efeitos da medida protetiva de urgência deverão ser imediatamente comunicados no sentido de suspender o benefício, sob pena de responsabilização penal.

Artigo 7º - As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, devendo atender os dispostos presentes nos artigos 13, 15 e 22 da Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Artigo 8º - Vetado.

Artigo 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 07 de fevereiro de 2023.

TARCÍSIO DE FREITAS
Sonaira Fernandes de Santana
Secretária de Políticas para a Mulher



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA
ESTADO DE SÃO PAULO
www.franca.sp.leg.br



Eleuses Vieira de Paiva
Secretário da Saúde
Gilberto Nascimento Junior
Secretário de Desenvolvimento Social
Gilberto Kassab
Secretário de Governo e Relações Institucionais
Arthur Luis Pinho de Lima
Secretário-Chefe da Casa Civil
Publicada na Subsecretaria de Gestão Legislativa da Casa Civil, em 07 de fevereiro de 2023.